

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: MME quer designar riscos e custos em novo modelo.....	2
Título: Sem venda, Eletrobras vai desaparecer, diz ministro	4
Título: Tabela de fretes terá nova consulta pública.....	6
Título: Petrobras revê a prática de dividendos trimestrais.....	7
Título: Aramco define oferta de ações em outubro.....	9
Título: Servtec expande atividade para geração solar.....	10
Título: “Em 2022, vou trabalhar para a união das esquerdas”, diz Câmara	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Governo fecha acordo com Congresso para garantir megaleilão do pré-sal	14
Título: Sem aumento da energia, haveria deflação	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Com preço alto, consumidor começa a trocar gás encanado por botijão	17
Título: Governo testa modelo de leilões para exploração de minérios.....	19
Título: Fui.....	20
. VEÍCULO: O Globo	21
Título: Meu negócio é a mineração.....	21
Título: Guedes faz acordo para fatiar proposta sobre megaleilão.....	21
Título: Eletrobras: ‘a luz vai apagar’	22
Título: Flávio revê desfiliação de quem ficar com Witzel	23

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Rafael Bitencourt — De Brasília****Título: MME quer designar riscos e custos em novo modelo****A abertura do mercado permitirá que um número cada vez maior de consumidores tenha liberdade de escolher seu fornecedor de energia**

O Ministério de Minas e Energia (MME) defende que a modernização do setor elétrico comece pela escolha do mecanismo de separação de lastro e energia, o que ajudará a manter a segurança no fornecimento e a continuidade da expansão do sistema. Ontem, a secretária executiva do MME, Marisete Pereira, afirmou que a medida é importante para “alocar riscos e custos”, num “prazo relativamente curto”. Isto seria parte importante da preparação do setor para as mudanças.

“A abertura do mercado por si só vai acontecer, mas ela tem de acontecer de forma ordenada e segura. Por isso, a separação de lastro e energia vai ser uma das questões que a gente vai se debruçar mais rapidamente”, disse Marisete, na abertura do 19º Encontro dos Associados da Apine, entidade que reúne os produtores independentes de energia.

A abertura do mercado, mencionada pela secretária, permitirá que um número cada vez maior de consumidores tenha liberdade de escolha de seu fornecedor de energia, seja pelo critério de preço, baixa emissão de carbono, entre outros. Com o avanço das tecnologias da informação, essa decisão poderá ser feita até por aplicativos instalados no celular.

A separação de lastro e energia surge justamente para que o novo consumidor livre assuma também os custos atrelados à confiabilidade do sistema e à oferta futura de energia. O movimento de migração dos grandes consumidores para o mercado livre já submetem os consumidores tradicionais, atendido pelas distribuidoras locais, a custos excessivos de encargos.

“Essa migração tem trazido distorções principalmente no elo final, na tarifa de energia. A gente tem vivenciado situações às quais as distribuidoras estão, quase semanalmente, no ministério. Elas enfrentam problemas porque a tarifa está ficando insuportável para aquele consumidor que continua sendo atendido pelo mercado regulado”, disse Marisete.

A secretária manifestou preocupação em manter a capacidade de financiamento dos novos projetos de geração e transmissão de energia. Ela ressaltou que essa questão é reconhecida como fator de sucesso do atual modelo e precisa ser preservada com as novas bases.

No evento, o presidente da Apine, Guilherme Jorge Velho, reforçou a preocupação em manter a capacidade de financiar a expansão do setor. “As distribuidoras não podem mais ancorar sozinhas as ofertas de energia”, disse o executivo se referindo às mudanças já em curso no mercado.

No modelo atual, a receita futura dos novos empreendimentos, usada na tomada de crédito, é garantida com a participação das distribuidoras nos leilões. Estes contratos funcionam como “recebíveis” que viabilizam a tomada de empréstimo, sem ter que apresentar garantias corporativas.

Marisete lembrou que, além das iniciativas do Congresso para modernizar o setor com mudança em leis, o ministério também mantém uma agenda de trabalho intensa relacionada ao assunto. Ela citou que os técnicos da pasta devem entregar, no início de outubro, as conclusões do estudo do grupo de trabalho sobre essa questão ao **ministro Bento Albuquerque**.

A secretária do MME acrescentou que devido à forte interação do ministério com o setor, sobre a separação de lastro e energia, será estendido o prazo da consulta pública até o dia 25 do próximo mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Sem acordo sobre verba, PEC da cessão onerosa é fatiada

Trecho que permite a realização da licitação seguirá para promulgação

O ministro da Economia, Paulo Guedes, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e líderes partidários decidiram fatiar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que viabiliza o leilão do excedente de petróleo da cessão onerosa do pré-sal. Com isso, seguirá para promulgação o trecho que permite a realização da licitação, que deve render mais de R\$ 100 bilhões em bônus de assinatura.

A divisão dos recursos entre União, Estados e municípios, que tem gerado divergências, continuará em discussão na PEC que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara.

A promulgação do trecho é fundamental para que o governo possa furar o teto de gastos e realizar, com o dinheiro do leilão, o pagamento à Petrobras pelo excedente do pré-sal encontrado na bacia de Santos. Sem isso, não teria como ressarcir a estatal e não poderia realizar o leilão.

A decisão foi costurada por Guedes, Maia, Alcolumbre e líderes partidários, mas não contou com a presença do presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), e do relator da proposta no colegiado, deputado Áureo Ribeiro (SD-RJ).

Ribeiro quer ampliar o percentual dos recursos que será destinado para os municípios, de 15% para 20% do bônus de assinatura, e reduzir a fatia dos Estados, de 15% para 10%. Não há acordo com o governo nem com os governadores sobre isso. A mudança, se aprovada pela Câmara, exigiria nova análise do texto pelo Senado.

Já o presidente da CCJ voltou a reclamar que o governo não tem se posicionado sobre os projetos. "O texto está horrível. Só favorece os Estados do Nordeste e o Rio de Janeiro, deixou de fora os outros produtores", disse.

Governadores de Estados como Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo pressionam contra essa versão. Áureo afirmou que os municípios estão em maior dificuldade financeira que os Estados e sem recursos. "Sou municipalista e as cidades não tem nem dinheiro para tapar buraco de rua. Vamos mexer na distribuição, o problema é só o prazo para votação", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Edna Simão e Lu Aiko Otta — De Brasília

Título: Sem venda, Eletrobras vai desaparecer, diz ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que, se não for privatizada, a Eletrobras está condenada a desaparecer pois não tem capacidade para fazer os investimentos necessários para manter sua fatia no mercado.

"[A Eletrobras] está condenada a desaparecer no tempo a não ser que ela seja privatizada. Aí a luz acende de novo", afirmou o ministro. "Por isso, precisamos privatizar", disse.

Na semana passada, o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (DEM-RJ) disse que os senadores, principalmente de das regiões Norte e Nordeste, resistem à privatização da Eletrobras. Na ocasião, o senador ressaltou

que, se o governo continuasse insistindo em iniciar o processo de privatização pela Eletrobras, acabaria atrapalhando a venda de outras estatais. A operação depende do aval do Congresso Nacional.

Em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO), que foi encerrada de forma abrupta após bate-boca entre ministro e o deputado Glauber Braga (PSOL-RJ), Guedes frisou que a empresa precisa investir R\$ 14 bilhões por ano para manter 33% sua participação no mercado de geração e 36% no de distribuição. Porém, consegue investir R\$ 3,5 bilhões.

“Se privatizar, vêm R\$ 10 bilhões, R\$ 20 bilhões, R\$ 30 bilhões de investimentos. Aí a luz acende de novo”, explicou aos parlamentares.

O governo ainda conta com a entrada de R\$ 16,2 bilhões da privatização da Eletrobras para conseguir fechar suas contas no ano que vem. A proposta de Orçamento de 2020, encaminhada pela equipe econômica ao Congresso Nacional no fim do mês passado, prevê, com os recursos da companhia de energia, uma receita de R\$ 21,063 bilhões com concessões e permissões. Sem esse dinheiro, a peça orçamentária precisa ser ajustada ou esse valor compensado de uma outra maneira.

O ministro admitiu que o processo de privatização, uma de suas prioridades, está em “marcha lenta”. “Vamos acelerar as privatizações neste ano.”

Guedes ainda informou os senadores e deputados da CMO que a cessão onerosa (o leilão dos volumes excedentes do pré-sal, programado para o começo de novembro) está andando e pode sair a qualquer momento. Ele afirmou que isso foi “desentupimento”, ou seja, algo que está há tempo sendo discutido e que será resolvido agora.

De acordo com ele, o governo poderia utilizar os R\$ 100 bilhões que pretende receber com a operação para zerar o déficit primário, porém, resolveu compartilhar os recursos com Estados e municípios. “Poderíamos pegar tudo e poderíamos zerar o déficit deste ano, mas estamos apostando em uma solução conjunta”, disse Guedes. “Preferimos investir em compartilhar recursos com Estados e municípios”, completou.

O ministro afirmou ainda que a economia brasileira já está se movendo e isso decorre de as receitas estarem vindo acima do esperado. Mas ressaltou mais uma vez que continua o desafio do dinheiro carimbado.

Durante toda a audiência pública, Guedes ressaltou a importância de a classe política discutir, junto com o governo, algumas indexações e desvinculação de receitas - uma de suas principais bandeiras nas últimas semanas. O ministro reforçou que o presidente Jair Bolsonaro já disse que o salário mínimo continuaria indexado. O aumento das despesas obrigatórias é que é o grande problema fiscal e isso precisa ser mudado para que o Congresso Nacional assuma o controle orçamentário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Tabela de fretes terá nova consulta pública

Nova consulta pública ocorrerá em outubro, segundo o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas

O governo federal vai lançar em outubro uma nova consulta pública para revisar pontos da tabela de fretes. A afirmação foi feita ontem pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, que participou de cerimônia de entrega da obra de reforma da pista do aeroporto Santos Dumont, no Rio.

Freitas disse ainda que o governo federal prevê que os leilões de infraestrutura de 2020 contratem R\$ 50 bilhões em investimentos. “O que podemos esperar para 2020? Um ano melhor do que foi 2019, com leilões muito importantes, mais leilões”, afirmou Freitas. “Podemos chegar seguramente ano que vem aos R\$ 50 bilhões contratados de investimentos para todos os segmentos”, completou.

Segundo o ministro, que voltou recentemente de viagem aos Estados Unidos, onde conversou com potenciais investidores, há no mercado “um apetite enorme por nossos ativos”.

Com relação a 2019, Freitas disse que o governo fechará o ano com 27 leilões de infraestrutura. “Neste ano, vamos fechar com R\$ 11 bilhões de investimentos contratados só nos leilões que nós fizemos, de arrendamento portuário, arrendamento de ferrovias, rodovias e aeroportos. Se somarmos investimentos autorizados no setor portuário, pode chegar a R\$ 30 bilhões”.

Para o leilão de concessão da rodovia BR 364/365, que liga Jataí (GO) a Uberlândia (MG), marcado para amanhã, o ministro disse esperar concorrência. Segundo ele há três proponentes inscritos. Na área de aeroportos, ele reafirmou que espera que até o fim de 2021 e início de 2022 espera ter concluído o leilão

de 41 aeroportos, incluindo os aeroportos de Santos Dumont, no Rio, e Congonhas, em São Paulo.

Freitas disse ainda que o leilão do excedente da cessão onerosa, previsto para o início de novembro, poderá ser realizado mesmo se a proposta de emenda à constituição (PEC) relativa à distribuição dos recursos oriundos da licitação for aprovada antes da data de realização do certame. “[A realização do leilão] não tem nada a ver com a PEC”, afirmou o ministro.

Segundo ele, a não aprovação da PEC antes do leilão não representa insegurança jurídica para os investidores no certame. “A PEC diz como o recurso vai ser distribuído entre União, Estados e municípios. O investidor que ‘bida’ [apresenta proposta] para a área, ele vai pagar o bônus de assinatura dele. O problema aí é outro, de como vamos dividir o bolo. Mas isso não é problema para o [investidor] privado.”

O governo prevê arrecadar R\$ 106 bilhões com bônus de outorga no leilão. Também presente ao evento de ontem, o presidente da Infraero, Hélio Paes de Barros, contou que o aeroporto de Congonhas, em São Paulo, passará por obra semelhante na pista em meados de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho — Do Rio

Título: Petrobras revê a prática de dividendos trimestrais

A reforma do estatuto dá mais liberdade para que a empresa defina quando valerá ou não a pena fazer o pagamento trimestral

A Petrobras propôs aos seus acionistas, mudanças no estatuto para rever a prática de distribuição de dividendos trimestrais. O tema está na pauta da assembleia geral extraordinária da próxima segunda-feira e o assunto está em linha com a nova política de remuneração aos acionistas, apresentada em agosto.

Na prática, a reforma do estatuto dá mais liberdade para que a Petrobras defina quando valerá ou não a pena fazer o pagamento trimestral, dentro da gestão do fluxo de caixa da estatal ao longo do ano, por exemplo. No manual da assembleia, a administração alegou que assim se aproxima às práticas de mercado, “permitindo que a companhia tenha a faculdade de estabelecer os pagamentos de acordo com a sua política de remuneração aos acionistas, podendo ser em periodicidade inferior ao anual ou semestral”.

As mudanças propostas mexem apenas com os prazos, mas não alteram em nada os critérios da distribuição em si. Em agosto, o conselho de administração da Petrobras aprovou as novas regras de distribuição de dividendos, estabelecendo um parâmetro objetivo para o pagamento que considera o nível de endividamento da companhia e seu fluxo de caixa.

A nova política diz que a Petrobras poderá manter a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios enquanto a sua dívida bruta estiver acima de US\$ 60 bilhões. Caso o endividamento caia abaixo desse patamar, a petroleira poderá distribuir aos seus acionistas 60% da diferença entre o fluxo de caixa operacional e os investimentos, ampliando os valores potenciais da remuneração.

Com a alteração proposta no estatuto, a empresa “poderá realizar” a distribuição de dividendos intercalares ou juros sobre o capital próprio, com base nos lucros apurados em balanços semestrais ou em periodicidade inferior, considerando os resultados apurados em cada trimestre. No estatuto vigente, o texto é mais taxativo, ao dizer que a Petrobras “levantará” (e não “poderá realizar”) balanços trimestrais e declarar a distribuição de dividendos ou JSCP, com base nos lucros apurados.

A distribuição de dividendos trimestrais teve início no ano passado, ainda na gestão Pedro Parente. Desde o início de sua administração, o atual presidente, Roberto Castello Branco, já manifestava a intenção de rever o modelo.

A reforma do estatuto a ser apreciada na AGE é ampla e inclui outras propostas como aquela que determina que o conselho de administração da Petrobras deve ser composto apenas por membros externos, exceto o membro designado como presidente da estatal e o conselheiro eleito pelos empregados. O objetivo é ajustar o estatuto ao Código Brasileiro de Governança Corporativa. Além disso, a reforma propõe o aumento, de sete para oito, no número máximo de diretores executivos, de forma a acomodar a criação da área de Transformação Digital e Inovação.

A pauta inclui, ainda, a proposta de aumento da remuneração global dos administradores, em R\$ 1,9 milhão (entre outubro e março de 2020), de forma a incluir os custos com a nova diretoria. Também será votada a incorporação, pela Petrobras, da Logigás - que reúne as participações da petroleira nas transportadoras de gás TBG, TSB, GTB e na GasLocal, que comercializa gás natural liquefeito (GNL).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Matthew Martin, Dinesh Nair, Archana Narayanan e Anthony Dipaola — Bloomberg, de Dubai e Londres****Título: Aramco define oferta de ações em outubro**

A petroleira saudita planeja anunciar a abertura de capital por volta do dia 20 do próximo mês

A Saudi Aramco vai dar início à sua tão antecipada oferta pública inicial (IPO na sigla em inglês) no mês que vem, já que a gigante de petróleo está conseguindo se recuperar mais rápido do que o esperado dos maiores ataques terroristas em sua história.

A estatal planeja anunciar a abertura de capital por volta do dia 20 de outubro, segundo pessoas com conhecimento do assunto. A petroleira, que começa a se reunir com analistas a partir de quarta-feira da próxima semana, tem como alvo uma valorização de pelo menos US 2 trilhões, mais do que o dobro do valor de mercado da Apple, por exemplo.

A listagem da Aramco na Bolsa de Valores da Arábia Saudita poderia ocorrer já em novembro, embora o cronograma não tenha sido finalizado, segundo uma das pessoas a par das negociações e que pediu para não ser identificada. Enquanto prepara a abertura de capital, a petroleira trabalha para restaurar a capacidade de produção, que retornou a 11 milhões de barris por dia, superando a própria meta da estatal em cerca de uma semana, disseram outras pessoas. Os ataques reduziram pela metade a produção.

Os bancos correm para coordenar o IPO depois que ataques com drones e mísseis contra duas instalações da Aramco, em 14 de setembro, levaram a uma disparada dos preços do petróleo e ameaçaram atrasar a oferta pela segunda vez. Se conseguir atingir o valor de US 2 trilhões, a Aramco se tornaria a empresa mais valiosa do mundo e marcaria uma vitória para o arquiteto da oferta, o príncipe herdeiro Mohammed Bin Salman, que foi o primeiro a sugerir a ideia em 2016. Alguns analistas acreditam que um valor de US 1,5 trilhão seria mais realista.

A Aramco parece estar fazendo todos os esforços para restaurar toda a produção o mais rápido possível, tanto para garantir a seus clientes que é um fornecedor confiável quanto para evitar atrasos na abertura de capital”, disse Richard Segal, analista sênior de mercados emergentes da Manulife Asset

Management, em Londres. “A listagem em alguns meses é realista desde que a documentação esteja pronta. Tiveram muito tempo para isso.”

A data para a oferta de ações e outros detalhes dependerão das condições do mercado e da demanda dos investidores, disseram as pessoas. A Aramco não respondeu imediatamente aos pedidos de comentário.

Ontem os preços do petróleo terminaram em queda e se aproximam dos valores de antes dos ataques na Arábia Saudita. As incertezas relacionadas às disputas comerciais entre Estados Unidos e China, a alta dos estoques americanos e a força do dólar pressionaram a commodity. Os contratos do barril do Brent para novembro terminaram cotados a US\$ 62,39, queda de 1,12%. O barril do WTI caiu 1,39% e terminou o dia a US\$ 56,49. Na sexta-feira anterior aos ataques, dia 13 de setembro, o Brent, referência mundial, fechou negociado a US\$ 60,22.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Servtec expande atividade para geração solar

Pioneiro na energia eólica no país, grupo investe R\$ 68 milhões em quatro projetos de energia solar em São Paulo e na Bahia

Um dos pioneiros no negócio de geração de energia eólica no Brasil, o grupo nacional Servtec vai expandir suas atividades e ingressar no segmento de geração distribuída a energia solar. A companhia está investindo R\$ 68 milhões na aquisição e implantação de quatro projetos de energia solar em São Paulo e na Bahia, com um total de 15 megawatts-pico (MWp, unidade de potência usada em projetos de energia solar).

Previstos para entrarem em operação ainda neste ano, os empreendimentos, desenvolvidos pela também brasileira SolarGrid, já possuem contratos de longo prazo de fornecimento de energia negociados com clientes do setor de telecomunicações. Os nomes dos clientes não são revelados.

As plantas adquiridas usarão módulos fotovoltaicos bi-faciais mono cristalinos, tecnologia considerada mais eficiente que a convencional. A expectativa é que os projetos tenham um fator de capacidade da ordem de 30%.

“Estamos dando os primeiros passos no negócio de geração solar”, afirmou Pedro Fiuza, presidente da Servtec Energia. “Em geração distribuída, o nosso plano, como consolidador desse segmento, é conseguir chegar a uns 200 ou 300 MWp, em um prazo de não mais que dois anos. E enxergamos isso como algo crível”.

Segundo o executivo, o negócio de geração distribuída a energia solar da empresa deve alcançar faturamento de R\$ 180 milhões, em 2020, e representar aproximadamente 20% do faturamento do grupo, de quase R\$ 1 bilhão.

A companhia possui um portfólio de cerca de 40 projetos de geração distribuída a serem desenvolvidos, com capacidade instalada total da ordem de 200 MWp. A empresa também possui em carteira para construir, se houver viabilidade comercial, 600 megawatts (MW) de potência instalada de parques eólicos e duas termelétricas a gás natural de ciclo combinado, no Maranhão e Espírito Santo, somando 2,6 gigawatts (GW).

Segundo Fiuza, a estratégia é incluir as duas térmicas no próximo leilão de energia nova, marcado para 18 de outubro. O certame negociará contratos de fornecimento de energia de novos empreendimentos com início de suprimento seis anos à frente (2025). “Quero acreditar que ambas [as térmicas] estarão prontas para participar do A-6”, disse.

Com 20 anos de atuação no setor elétrico, a Servtec já construiu quase 1 GW de projetos de geração termelétrica e eólica. Hoje, a companhia possui um parque gerador de 525 MW formado por usinas a gás natural e energia eólica.

Controlada por três famílias, a Servtec iniciou sua atuação no mercado de energia investindo em geração termelétrica, no âmbito do programa de energia emergencial do governo brasileiro, no início dos anos 2000, época do apagão. No mesmo período, a empresa investiu em seu primeiro parque eólico, ainda no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/09/2019

Seção: Política

Autor: Daniel Rittner — De Nova York

Título: “Em 2022, vou trabalhar para a união das esquerdas”, diz Câmara

O governador de Pernambuco, Paulo Câmara (PSB), foi à Climate Week em Nova York como porta-voz de nove Estados da região Nordeste e com uma mensagem clara: o discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU representa apenas uma parte do Brasil. “Levantou mais muros do que construiu pontes”, disse ontem ao **Valor**.

Recife decidiu sediar a Conferência Brasileira do Clima, no início de novembro, que foi organizada como um contraponto à decisão tomada pelo governo Bolsonaro de não mais sediar a COP-25. Na ocasião, Câmara pretende apresentar o inventário pernambucano de emissões de gases-estufa. Ele afirmou que está disposto a introduzir uma meta estadual de redução das emissões ainda em sua gestão.

No cenário político, o governador mostra diferença com o ex-candidato petista Fernando Haddad, que defendeu candidaturas próprias da esquerda e união apenas no segundo turno nas eleições presidenciais em 2022. Para Câmara, é preciso evitar os mesmos erros de 2018 e ter uma candidatura única logo de cara, “se possível”.

A seguir, os principais pontos da conversa com o **Valor**:

Valor: *Que avaliação o senhor faz do discurso do presidente Jair Bolsonaro na ONU?*

Paulo Câmara: Levantou mais muros do que construiu pontes. A minha forma de pensar a política e as relações é sentar à mesa, buscar consensos, ampliar as ações. Diplomacia exige capacidade de ouvir e dialogar. O presidente tem todo o direito de dizer o que pensa, mas há formas e formas de fazer isso.

Valor: *Com a forma Bolsonaro, o senhor acha que ele conseguiu reverter ou atenuar a crise de imagem internacional do Brasil por causa da Amazônia?*

Câmara: Pelo que eu vi e entendo, não. O Brasil está muito dividido. E o presidente, em seus pronunciamentos, motiva mais essa divisão. Não vejo nenhum gesto de procurar alianças, debate e sentar com quem pensa diferente. Eu vim representando nove Estados. Nós pensamos totalmente diferente do que o presidente falou. Ele trouxe [para Nova York] um sentimento de apenas parte do Brasil.

Valor: *Não falta às esquerdas um contraponto mais bem articulado a Bolsonaro?*

Câmara: As eleições passaram e nós respeitamos o resultado. Agora, as esquerdas têm que criar uma agenda pactuada entre elas e mostrá-la ao Brasil. É isso o que falta. O presidente cria um fato a cada dia, são questões pequenas diante dos problemas do Brasil. Não vejo nenhuma ação dele para gerar riqueza, distribuir renda e diminuir a desigualdade. Como partidos de oposição, nós temos que apresentar propostas e não nos omitir.

Valor: *Mas quando surgem uma proposta ou uma posição nova, como a dos deputados Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tábata Amaral (PDT-SP) na reforma da Previdência, ela acaba sendo cerceada pelas máquinas partidárias.*

Câmara: O partido tomou uma posição, fechou questão sobre a reforma da Previdência, as pessoas não viram a importância de respeitar decisões. O que houve, na verdade, foi uma incompreensão de que é preciso seguir regras partidárias. A reforma teve como foco o regime geral, que é quem ganha menos. Não houve discussão sobre outras formas de financiamento do déficit.

Valor: *Em entrevista recente, Fernando Haddad defendeu a união das esquerdas somente no segundo turno em 2022. O senhor concorda ou acha que elas deveriam estar juntas logo no primeiro turno?*

Câmara: Em 2022, não podemos cometer os mesmos erros de 2018. Eu entendo - e vou trabalhar no limite das minhas possibilidades - para a unidade das esquerdas em torno de um projeto. É isso o que defendemos no PSB.

Valor: *No primeiro turno mesmo?*

Câmara: No primeiro turno mesmo, se for possível.

Valor: *Aí o PT vai querer ser cabeça de chapa...*

Câmara: Mas é uma discussão que o PT tem que fazer também conosco. Lá atrás tivemos divergências e isso foi superado. Tanto é que, em 2018, apoiamos o [Fernando] Haddad de maneira orgânica no segundo turno. Agora é construir. Somos totalmente contrários à forma como o país está sendo gestado. Se não tivemos unidade, poderemos ter dificuldade em 2022. Um pouco de flexibilidade é bom.

Valor: *Na área de mudanças climáticas, motivo de sua visita a Nova York, o que os Estados subnacionais podem fazer em um momento de pouco engajamento do governo federal nas discussões?*

Câmara: Temos uma política ambiental em Pernambuco adotada desde o governo Eduardo Campos. Só no nosso governo ampliamos em 120 mil hectares a área de preservação na caatinga. Adquirimos recentemente uma reserva de mata atlântica que era antiga propriedade do Banco Econômico e tinha ido para o espólio. Cerca de 90% do território pernambucano corre risco de desertificação e temos que cuidar das nascentes dos rios. Hoje mesmo ganhamos o primeiro ônibus elétrico da frota pública de Recife. Estamos instalando o maior parque de energia fotovoltaica do país no interior de Pernambuco, que tem 1.100 MW de potência e investimento de R\$ 3,5 bilhões, com um grupo espanhol [Solatio]. Temos trabalhado muito na questão de aterros sanitários e saneamento básico.

Valor: *Então por que Pernambuco se opôs à MP do Saneamento, que acabou caducando?*

Câmara: Temos em Pernambuco a maior PPP do Brasil. Até 2031, 90% da região metropolitana de Recife terá saneamento. A nossa companhia estadual tem grande eficiência, com cronograma de metas a atingir e é não dependente do Tesouro. O privado não chega ao município pequenininho. Não se pode tirar a possibilidade de as empresas estaduais atuarem em algumas regiões que garantem o subsídio cruzado. Se houver um prazo de quatro anos para a validade dos contratos de programa, garantindo uma transição, daria para apoiar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/09/2019

Seção: Economia

Autor: Mariana Haubert Camila Turtelli Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Título: Governo fecha acordo com Congresso para garantir megaleilão do pré-sal

Orçamento. Objetivo do acordo, costurado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é manter a data da realização do leilão em novembro, mesmo que deputados queiram mudar a proposta; governo precisa dos recursos para fechar as contas deste ano

Um acordo entre o ministro da Economia, Paulo Guedes, e a cúpula do Congresso fechado ontem à noite vai permitir ao governo realizar o megaleilão do pré-sal marcado para novembro, mesmo que deputados voltem a mudar a partilha entre Estados e municípios dos recursos previstos. O relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, deputado

Áureo Ribeiro (Solidariedade- RJ), quer aumentar o percentual de 15% que o Senado definiu para os repasses às cidades. A mudança no texto poderia atrasar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), o que estava preocupando a equipe econômica.

Há uma pressa pela aprovação porque o governo tem até o dia 15 de outubro para enviar um projeto de lei que coloca no Orçamento a previsão dos recursos. O governo precisa do montante do leilão para fechar as contas deste ano. Ribeiro afirmou que duas possibilidades estão em negociação: a supressão do repasse para os Estados e a consequente destinação de 30% para os municípios ou uma nova divisão do montante, sendo de 10% para os Estados e 20% para os municípios. A segunda opção obrigaria o texto a voltar para o Senado. Estados como São Paulo, no entanto, protestam contra a ideia.

O acordo para não atrasar a realização do leilão do excedente da chamada cessão onerosa foi fechado ontem entre Guedes e os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Pelo combinado, será promulgada apenas a parte do texto em que há consenso entre deputados e senadores, o que inclui a autorização para o leilão e para o pagamento de R\$ 33 bilhões da dívida da União com a Petrobrás.

Contexto. A cessão onerosa foi fechada pela Petrobrás com a União em 2010 e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal na Bacia de Santos, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões. O governo estima, porém, que a área pode render de 6 a 15 bilhões de barris e fará um megaleilão, marcado para novembro, que pode render R\$ 106,5 bilhões.

A PEC já foi votada pelos deputados e aprovada pelo Senado, mas como foi modificada, está novamente em análise na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. De acordo com parlamentares que foram avisados sobre a manobra, o que não for promulgado porque não há consenso, como a divisão dos recursos com governadores e prefeitos, continuará tramitando na Casa. O que sobrar da proposta começará a tramitação do zero, com a definição de um novo relator e novos prazos.

De acordo com o secretário adjunto da Fazenda, Esteves Colnago, o governo não vai entrar na discussão da divisão dos recursos. “A gente não concorda nem discorda. Não queremos é que a PEC volte para o Senado porque temos pressa.”

Divisão. Pelo texto aprovado pelo Senado e agora em análise na Câmara, a divisão dos R\$ 106,5 bilhões que podem ser arrecadados com o megaleilão do pré-sal será assim: R\$ 10,95 bilhões (15%) serão repassados a Estados, seguindo os critérios do Fundo de Participação dos Estados (FPE); outros R\$ 10,95 bilhões

(15%) serão distribuídos para os municípios, de acordo com os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); R\$ 2,19 bilhões (3%) ficarão com Rio de Janeiro; e R\$ 48,9 bilhões, com a União.

“No novo modelo de Brasil, acho que os recursos precisam ser melhor distribuídos para os municípios que são os que tocam o dia a dia das pessoas e hoje estão quebrados”, afirmou Ribeiro ao Estadão/Broadcast.

Precariedade. O presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Glademir Arolde, avaliou que a mudança é benéfica, mas ponderou que os Estados também enfrentam situações precárias. “Claro que quanto mais recursos puderem, ser destinados para quem está na ponta da vida cotidiana do cidadão, melhor. Mas também sei que alguns Estados estão em situação muito ruim”, disse.

Apesar do prazo exíguo, Ribeiro reclama que não foi procurado por ninguém do governo e que ele teve de procurar o líder na Câmara, Major Vitor Hugo (PSL-GO), para saber se seu relatório teria apoio. “Parece que esse tema não é importante para o governo.” / COLABOROU ANNE WARTH

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/09/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Sem aumento da energia, haveria deflação

A inflação oficial medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) foi de apenas 0,09% entre agosto e setembro e teria sido negativa não tivesse a energia elétrica registrado seu oitavo aumento mensal consecutivo, acumulando 11,55% entre fevereiro e setembro, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isoladamente, a contribuição da energia elétrica para a alta do índice foi de 0,12 ponto percentual, ou seja, 0,03 ponto acima do IPCA-15.

Mais uma vez o indicador mostrou como é lento o ritmo da atividade econômica. A falta de demanda impede as empresas de transferir aumentos de custo para os consumidores. Isso se verifica no setor privado, mas só em parte vale para empresas estatais e para concessionárias de serviços públicos. A volta da bandeira tarifária vermelha para a eletricidade, aplicada em caso de insuficiência de chuvas, elevou em R\$ 4,00 o valor da conta de luz a cada 100 Kw/h consumidos. Também aumentaram as tarifas de gás encanado e de água e esgoto, destacando-se as altas em Belo Horizonte, Recife e Rio de Janeiro.

Foram iguais os índices de inflação medidos pelo IPCA-15 nos meses de setembro de 2018 e de 2019 (0,09%) e a variação quase nula em relação a julho (0,08%). O acumulado de janeiro a agosto de 2019 é de 2,6% e o de 12 meses é de 3,22%. Os preços medidos pelo IPCA-15 evoluíram pouco (menos de 0,40%) no trimestre julho-setembro em 10 das 11 localidades pesquisadas pelo IBGE. Só em São Paulo a alta foi maior (0,44%).

Entre agosto e setembro houve queda dos preços do item alimentação e bebidas, artigos de residência e comunicação. Subiram menos de 0,10% os itens educação, saúde e cuidados pessoais, transportes e despesas pessoais. As maiores pressões vieram de vestuário e habitação. Índices baixos de inflação ajudam as famílias a melhorar o padrão de vida. O poder aquisitivo dos salários é preservado ou aumentado, sempre que corrigidos pelas empresas.

Mais do que isso, inflação contida permite que o Banco Central corte a taxa básica de juros, criando condições para que também diminuam os juros ativos (cobrados dos clientes pelos bancos). Lamentavelmente, o ritmo de queda dos juros bancários não acompanha o ritmo de queda da taxa básica. O que, por sua vez, limita a expansão do crédito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Com preço alto, consumidor começa a trocar gás encanado por botijão

Disparada acontece em meio a esforços do governo para tentar reduzir valor do insumo

Rio de Janeiro Depois demais de dez anos usando gás encanado para alimentar os fogões de seu restaurante em Campinas, o empresário Alexandre Rodrigues Gomes decidiu migrar de volta para o gás de botijão. “Faz tempo que estamos pagando caro e chega uma hora que tem que apertar o cinto”, afirma.

Ele conta que sua conta na Comgás girava em torno de R\$20 mil a R\$ 22 mil por mês. Com a instalação de grandes botijões de gás de cozinha, vai economizar entre R\$ 7.000 e R\$ 8.000. “É uma diferença gritante”, comenta.

A decisão do empresário mostra que clientes comerciais e residenciais já vêm sentindo na pele problema enfrentado também pela indústria: com o aumento das cotações internacionais do petróleo e a desvalorização cambial, o preço do gás natural disparou no país.

“O custo-benefício hoje do GLP [gás liquefeito de petróleo, o nome do gás de cozinha] é muito melhor do que o do gás natural”, diz Francisco França, que administra um hotel em São Paulo e já trocou de combustível, com economia estimada em 60%.

O problema não está restrito a São Paulo: de acordo com dados do **MME (Ministério de Minas e Energia)**, entre junho de 2018 e junho de 2019, o preço do gás entregue a distribuidoras subiu, em média no país, quase 30%.

O preço do gás natural vendido pela Petrobrás acompanha a variação das cotações internacionais de óleos combustíveis e a taxa de câmbio.

É ajustado a cada três meses, de acordo com a evolução dos indicadores em trimestres anteriores.

A alta em 2019 tem forte impacto da escalada do dólar a partir do período eleitoral, quando a moeda norte-americana chegou a bater a casa dos R\$ 4,10.

Considerando que a cotação atual continua em torno desse patamar, a expectativa do mercado é que o gás continue caro.

Em São Paulo, o baque foi maior em 2019, já que os contratos de concessão preveem reajustes anuais —há estados em que os repasses são trimestrais. Por ter prazo mais longo, o contrato paulista tem um gatilho que pode disparar reajustes extraordinários quando o preço do insumo subir muito durante o ano.

O gatilho foi disparado em fevereiro. Em maio, durante a revisão anual, a Arsesp (Agência Reguladora de Saneamento e Energia de São Paulo) autorizou novo aumento.

Em um ano, a tarifa de gás para residências na área da Comgás com consumo entre 34 e 600 metros cúbicos subiu 43%. Para clientes comerciais com consumo entre 500 e 2.000 metros cúbicos, a alta foi de 29%.

Insatisfeitos, consumidores inundam a página do Facebook da companhia de reclamações. A empresa afirma, por meio de sua assessoria de imprensa, que os ajustes têm por objetivo repassar aumento de custos do insumo e podem ser para baixo, como em 2016, quando o petróleo e o dólar caíram.

Já a Arsesp alega que parte do aumento na conta de gás reflete também elevação no consumo durante o inverno, com uso maior de água quente no chuveiro.

“As tarifas de gás natural da Com gás são atualizadas conforme contrato de concessão”, afirma a agência.

A Petrobrás não divulga os preços de venda por distribuidora.

Em seus balanços trimestrais, porém, a empresa mostra que o valor de venda do gás natural no Brasil atingiu este ano o maior valor desde 2014, quando também houve pressão da disparada do dólar na eleição do ano anterior.

No segundo trimestre de 2019, a empresa vendia o combustível ao preço médio de US\$ 47,97 por barril (a companhia não usa metros cúbicos em seu balanço), alta de 19,8% em um ano e de 60% com relação ao segundo trimestre de 2016, quando o preço atingiu seu menor patamar desde o pico de 2014.

A empresa diz que a fórmula de reajuste de preços é “prática internacional consagrada” e que aumentos na tarifa de distribuidoras podem refletir também outros custos além do gás.

Apesar dos esforços do governo para reduzir o preço, negociações para renovar os contratos de fornecimento de distribuidoras do Sul e do Nordeste mostram que a competição ainda não virá no curto prazo: segundo fontes, a Petrobras é, por enquanto, a única ofertante, com preços maiores do que os atuais, diante da dificuldade de outros fornecedores para acessar a malha de gasodutos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/09/2019

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Governo testa modelo de leilões para exploração de minérios

Rio de Janeiro O governo realiza no mês que vem primeiro leilão de área para exploração de minérios no Brasil, em um modelo que tenta aproximar o sistema de concessões minerais ao do setor de petróleo.

O leilão vai oferecer uma área da CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais) no Tocantins. A área tem potencial para a exploração de cobre, chumbo e zinco e é parte de 30 blocos que compõem hoje a carteira do CPRM.

Outros quatro já entraram na lista do PPI (Programa de Parcerias e Investimentos) para oferta futura. O leilão do dia 21 de outubro, no Rio, é encarado como teste do novo modelo e definirá a viabilidade da oferta das outras áreas, diz o coordenador executivo da Diretoria de Geologia e Recursos Minerais da estatal, Mareio José Remédio.

O edital prevê o pagamento de bônus de até R\$ 15 milhões parcelado de acordo com o desenvolvimento do projeto: 10% para um período exploratório

de três anos, 40% após esse prazo, caso o projeto siga em frente, e o restante na concessão para a lavra da jazida.

Em um modelo parecido com os leilões do pré-sal, vencerá a disputa a empresa que se comprometer a compartilhar a maior parte da receita com o governo, partindo do mínimo de 1,7%. O concessionário pagará ainda a compensação financeira para estados e municípios prevista em lei, cujos valores variam de acordo com o minério.

A área, de 60,5 quilômetros quadrados, está localizada no município de Palmeirópolis, a 420 quilômetros de Palmas. Também como no caso do petróleo, o concessionário será obrigado a realizar investimentos mínimos em pesquisa. Os outros blocos já aprovados pelo PPI para leilão têm potencial para carvão, caulim, fosfato e cobre e cobalto.

Estão localizadas, respectivamente, no Rio Grande do Sul, no Pará, na divisa entre Paraíba e Pernambuco e em Goiás. Atualmente, os direitos para a exploração de minério são concedidos pelo governo por ordem de chegada dos interessados. Em muitos casos, as empresas adquirem as áreas apenas para especular, à espera de descobertas próximas que valorizem o ativo para venda.

A ideia dos leilões tem o objetivo de limitar essa estratégia e definir investimentos mínimos em exploração, que ampliem o conhecimento geológico brasileiro. Será adotada também pela ANM (Agência Nacional de Mineração) para novas áreas.

Segundo o diretor da agência, Eduardo Leão, o primeiro leilão desse tipo está programado para novembro. O órgão regulador vai ofertar cerca de mil áreas, também com bônus de assinatura mínimo e compromisso com investimentos em pesquisa.

Neste caso, as áreas ficam em oferta permanente e irão a leilão quando uma empresa demonstrar interesse, em modelo parecido com o da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) para blocos rejeitados em rodadas de licitações ou devolvidos.

O leilão da ANM será eletrônico e vencerão as empresas que apresentaram os maiores lances.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Fui

Painel S.A

O diretor-geral da ANP, Décio Oddone, saiu antecipadamente de uma audiência pública nesta terça (24) sobre a possibilidade de postos de gasolina comprarem combustível direto de refinarias ou de usinas. A pressa aborreceu os parlamentares, segundo Laercio Oliveira (PP-SE).

Volte

O deputado diz que a audiência foi convocada pela comissão de Minas e Energia a pedido do setor de combustíveis, que teme concentração de mercado nas maiores distribuidoras caso a ANP publique resolução nesse sentido. Promete convidar Oddone de novo. Diz que, se a medida for tomada sem debate, será barrada com decreto legislativo.

Agenda

A ANP diz que Oddone explicou ao presidente da Comissão que precisava sair e ficou mais algum tempo para atender os deputados. Diz também que

. VEÍCULO: O Globo**Data: 26/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Meu negócio é a mineração**

A Vale voltou a procurar comprador para suas ações na usina siderúrgica Califórnia Steel. Não é de hoje que a mineradora brasileira procura se desfazer de ações na siderurgia. Já saiu de Usiminas, Volta Redonda e CSA. Mas o que se diz é que, no caso da usina americana, abrasileira (que tem 50% das ações) não tem boas relações com a sócia japonesa, a JFE.

VEÍCULO: O Globo**Data: 26/09/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA E RENATA VIEIRA****Título: Guedes faz acordo para fatiar proposta sobre megaleilão**

Primeiro será promulgada a parte que permite o pagamento à Petrobras. Percentual destinado a estados e municípios ficará para depois

O ministro da Economia, Paulo Guedes, firmou acordo ontem com líderes do Congresso Nacional para fatiar a proposta que permite o megaleilão de petróleo

do pré-sal, com o qual o governo espera arrecadar R\$ 106,5 bilhões. Pelo acerto, apenas a parte que permite o pagamento à Petrobras pelo contrato de cessão onerosa — excedente de petróleo em uma área cedida pela União à estatal — será promulgada rapidamente. O montante destinado a estados e municípios será decidido depois.

A Petrobras vai receber R\$ 33,6 bilhões. O restante, R\$ 72,8 bilhões, ficará com União, estados e municípios. É a divisão desse valor que está em jogo.

O texto aprovado pelo Senado no começo do mês estabeleceu fatia igual de 15% para estados e municípios e 3% para os entes da federação que abrigam as reservas de petróleo — no caso do megaleilão, só o Rio de Janeiro. O restante ficaria com a União.

Lideranças da Câmara, porém, já afirmaram que querem outra divisão ou uma fatia maior para os governos regionais. Como se trata de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), é preciso haver consenso de Câmara e Senado para o projeto passar a valer.

O relator da PEC, deputado Áureo Ribeiro (Solidariedade-RJ), anunciou que vai propor que 10% dos recursos sejam para estados e 20%, para municípios.

— Os municípios estão felizes da vida com a possibilidade de receber um pouco mais. É o município que está na ponta, que tem que lidar com os impactos (da crise econômica) na ponta. As cidades sofrem muito com recursos escassos — disse Ribeiro ao GLOBO.

O governo teme que essa disputa atrase a promulgação da PEC e o leilão. A avaliação é que, sem a aprovação da proposta, seria inseguro fazer a licitação, marcada para 6 de novembro. Por isso, Guedes costurou o acordo para aprovar apenas a parte da Petrobras e discutir mais a divisão dos recursos entre os estados.

O acerto foi feito em reunião entre líderes, Guedes e os presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP).

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/09/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobras: 'a luz vai apagar'

> Ao defender ontem a privatização da Eletrobras, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a empresa está condenada a desaparecer se não for repassada à iniciativa privada:

> — Ela (a Eletrobras) está condenada a desaparecer no tempo, a não ser que nós consigamos privatizar. Se privatizar vêm R\$ 10 bilhões, R\$ 20 bilhões, R\$ 30 bilhões de investimentos. Aí a luz acende de novo, porque do jeito que está indo a luz vai apagar. Por isso precisamos privatizar — disse Guedes na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

> Ele lembrou que a estatal é responsável por um terço da geração de energia elétrica no Brasil e precisa investir R\$ 14 bilhões por ano para continuar nesse patamar. Hoje ela investe R\$ 3,5 bilhões, disse.

> O governo Michel Temer também tentou privatizar a Eletrobras, mas há resistência no Congresso. A previsão é que o processo ocorra em 2020, com perspectiva de arrecadação de R\$ 16,2 bilhões.

> — Vamos acelerar as privatizações. Este ano estamos em marcha lenta — disse Guedes. (Manoel Ventura e Eliane Oliveira)

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/09/2019

Seção: Rio

Autor: PAULO CAPPELLI

Título: Flávio revê desfiliação de quem ficar com Witzel

Presidente do PSL-RJ volta atrás e não vai mais tirar do partido políticos que permanecerem com cargos na administração estadual, mas diz que o governador é ingrato: 'Sua narrativa beira a traição'

Presidente do PSL-RJ, o senador Flávio Bolsonaro determinou há dez dias, quando estava em viagem à China, o rompimento do partido com o governador Wilson Witzel. Do exterior, divulgou nota informando que políticos da legenda com cargos na gestão estadual deveriam abandonar o governo ou se desfiliar. De volta ao Brasil, o filho de Jair Bolsonaro disse ontem em entrevista ao GLOBO que, após refletir, decidiu rever sua ordem. Segundo ele, "quem quiser permanecer vai arcar com o ônus e o ônus de ajudar um governo que será concorrente com o do Bolsonaro em 2022". Flávio chamou Witzel de "ingrato" pelas recorrentes críticas à gestão federal e por se colocar como candidato à Presidência da República. Um comportamento que, segundo o senador, "beira a traição'..

Mesmo após Flávio determinar a ruptura, nenhum dos dois políticos do PSL que ocupam secretarias no governo Witzel entregou o cargo: a deputada federal licenciada Major Fabiana está à frente da pasta de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência; já Leonardo Rodrigues, suplente de Flávio no Senado, comanda a Ciência e Tecnologia. Ambos pretendem continuar no Executivo, mas afirmam que só tomarão a decisão final após conversar com Flávio. O senador convocará uma reunião com políticos do PSL fluminense para amanhã na Barra da Tijuca.

— Após refletir, avaliei que eles é que têm que medir as consequências. Claro que os deputados têm méritos pela última eleição, mas ter o apoio do Bolsonaro foi importante. É hora de mostrarem fidelidade. Os parlamentares, porém, têm livre vontade dentro do partido, até porque não foram indicados para os cargos pelo PSL —disse Flávio.

A declaração de Witzel de que foi eleito sem o apoio de Bolsonaro, feita em entrevista à GloboNews há duas semanas, é contestada por Flávio:

— Witzel diz que não contou com o nosso apoio para se

eleger, mas, na campanha, me procurou pedindo que assinasse uma autorização para poder divulgar fotos ao meu lado. Eu atendi. Não me arrependo, mas esperava mais consideração. Só existe uma palavra para isso: ingratidão. Ele é ingrato ao dizer que não se elegeu com o apoio de Bolsonaro. É uma narrativa que beira a traição —criticou.

Ontem, em viagem a Brasília para audiência com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, Witzel tentou falar com Flávio, mas não foi recebido. Procurado pelo GLOBO, o governador não comentou as críticas do senador.

Flávio nega que o pai, Jair Bolsonaro, tenha influenciado ou mesmo determinado a ruptura com Witzel.

—Coube a mim, como presidente estadual do partido, tomar uma atitude. Witzel está há pouco tempo na cadeira e anuncia que quer assumir a Presidência da República, quando, sabidamente, há a candidatura à reeleição do atual presidente. O Rio não pode se dar ao luxo de brigar neste momento. Witzel tem que botar o Rio à frente dos interesses pessoais — afirmou.

ARTICULAÇÃO POLÍTICA

Indagado se abriga de Witzel com o PSL pode prejudicar o estado no Regime de Recuperação Fiscal e na captação de investimentos federais, Flávio respondeu que a União “não punirá o Rio”:

— Temos a responsabilidade de dar respostas técnicas. Já dei exemplos de vitória para o Rio, independentemente de Witzel se colocar como concorrente. Estou trazendo investimentos da petrolífera chinesa CNPC no Comperj e lutei pela alíquota de 3% do megaleilão do petróleo, que dará ao Rio R\$ 2,5 bilhões.

Sobre as eleições municipais do ano que vem, Flávio diz que a ruptura “dificulta” a união, inicialmente prevista, com o PSC, partido de Witzel, no estado. Com o distanciamento, o senador começou articulações com PSD e DEM, legenda da qual Witzel também tenta se aproximar via Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados. Segundo fontes, Witzel abrirá espaço para o DEM na Secretaria de Infraestrutura ainda esta semana.

Com relação a uma eventual candidatura do PSL à prefeitura do Rio, Flávio afirmou que, hoje, o nome do partido é o do deputado estadual Rodrigo Amorim, uma vez que o deputado federal Hélio Negão, também cotado, não colocou o nome à disposição. O senador não descarta apoio a Marcelo Crivella, que pleiteia o apoio do PSL, mas pondera:

— Tenho respeito por ele como pessoa e pelos valores que defende. Mas o nome dele não está com boa avaliação.

MME / ASCOM .